
A Competência em Informação (CoInfo) como um fator fundamental para a Educação no Brasil

Selma Letícia Capinzaiki Ottonicar

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, Brasil
selma.leticia@hotmail.com

Rafaela Carolina Silva

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, Brasil
rafaelacarolinasilva@gmail.com

Regina Celia Baptista Belluzzo

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação, Marília, SP, Brasil
rbelluzzo@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v11.n1.2018.8427>

Recebido/Recibido/Received: 2017-02-07

Aceitado/Aceptado/Accepted: 2017-09-11

Resumo: A Competência em Informação contribui com a educação, pois a medida em que o indivíduo aprende a aprender por meio dos conhecimentos específicos, da atitude e da experiência se torna competente para se apropriar de informação de qualidade. Diante desse cenário surge uma questão central: como a competência em informação pode contribuir com o desenvolvimento da educação no Brasil? O objetivo geral deste artigo é refletir a respeito da importância da competência em informação e sua inter-relação com a educação. Essa temática se justifica devido à necessidade de os países estarem comprometidos por terem assinado a Nova Agenda para 2030 voltada ao desenvolvimento sustentável da população e, além disso, possibilita estabelecer uma relação interdisciplinar entre a Ciência da Informação e a Educação. Os procedimentos metodológicos foram construídos por meio de uma revisão bibliográfica seletiva sobre os tópicos: competência em informação, educação, aprendizado ao longo da vida, tendo sido realizada busca sobre os dados referentes à situação atual da educação no Brasil. As considerações finais demonstram que no Brasil, os estudos teóricos e práticos ainda estão em processo de expansão e, portanto, a pesquisa sobre a competência em informação é imprescindível para o fortalecimento da educação brasileira.

Palavras-chave: Aprendizado ao longo da vida; Brasil; Competência em Informação; Educação.

The Information Literacy as a fundamental element to the Education in Brazil

Abstract: Information literacy contributes to education, since individuals “learn how to learn” through specific knowledge, attitudes and experiences. As a result, they became competent to appropriate information quality and they aren’t easily deceived by misinformation. A problem emerges in this context: How does information literacy can contribute to the education of Brazil? The purpose of this paper is to reflect about the importance of information literacy and its connection with education. The theme is important because some countries are committed to the New Agenda for 2030 which is focused on citizens’ sustainable development. Furthermore, the paper establishes an interdisciplinary relationship between Information Science and Education. The methodological procedures are based on a bibliographical review about information literacy, education, lifelong learning and the current situation of education in Brazil. Belluzzo’s standards and indicators (2007) were used because they are more

appropriate in the Brazilian context. The conclusions illustrated that some information literacy models are used by several libraries, schools and universities around the world. However, the theoretical and practice researches are still in progress, so the information literacy investigation is fundamental to strengthen the education of Brazil.

Keywords: Brazil; Education; Information literacy; Lifelong learning.

La Alfabetización informacional como un factor clave para la Educación en el Brasil

Resumen: La adquisición de competencias informacionales contribuye al desarrollo de la educación, pues en la medida en que las personas aprenden a aprender a través de conocimientos específicos, la actitud y la experiencia se convierten en competencias que ayudan en la selección de información con la calidad adecuada. En este escenario surge una pregunta central: ¿Cómo la alfabetización informacional puede contribuir al desarrollo de la educación en Brasil? El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la importancia de la alfabetización informacional y su interrelación con la educación. Este tema se justifica en el ámbito investigativo por varias razones, algunos países se han comprometido y firmado la nueva agenda para 2030 que se centra en el desarrollo sostenible de la población y, además, a partir de esta temática es posible establecer una relación interdisciplinaria entre Ciencias de la Información y Educación. Los procedimientos metodológicos fueron construidos a través de una revisión bibliográfica selectiva sobre el tema en cuestión: alfabetización informacional, educación, aprendizaje permanente; además se realizó una búsqueda de datos referentes sobre la situación actual de la educación en Brasil. Las consideraciones finales demuestran que, en este país suramericano, los estudios teóricos y prácticos, todavía, se encuentran en proceso de expansión y, por tanto, las investigaciones sobre alfabetización informacional son esenciales para el fortalecimiento de la educación brasileña.

Palabras-clave: Alfabetización informacional; Aprendizaje permanente; Brasil; Educación.

1 Introdução

Inicia-se por destacar que a educação é direito social fundamental garantido no artigo 6º da Constituição Brasileira (1988) e pressupõe o desenvolvimento integral do ser humano, ou seja, a formação de sua capacidade física, intelectual e moral. Considera-se ser processo de interação entre seres sociais onde ocorre a transmissão de conhecimentos de um agente ao educando e vice-versa, visando à formação de competências e habilidades, do caráter moral e da personalidade social do indivíduo. Destaca-se também, o art. 205 desta mesma Constituição que garante: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo através do ensino gratuito, o pleno desenvolvimento do indivíduo, o preparo deste para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Em nosso país, o objetivo da Carta Magna ao estabelecer a educação obrigatória no período da infância é formar o adulto pleno, ou seja, não se trata de garantir os direitos da criança de frequentar a escola, “[...] mas do direito do cidadão de ter sido educado e informado” e transformado em indivíduo capaz de participar democraticamente das decisões da sociedade. Trata-se, portanto, de uma educação calcada no respeito, ao mesmo tempo libertadora que desenvolve a consciência crítica e incentiva a reflexão, a discussão e o debate (TARGINO, 1991, p. 155)

Em 2015, de modo global os países assinaram a nova agenda para 2030 denominada por *'Transforming our World: the 2030 agenda for sustainable development'*, destacando-se dentre seus tópicos de discussão o aprendizado ao longo da vida. Em decorrência, as nações se comprometem a providenciar o acesso à educação das crianças e consideram que a tecnologia, a disseminação de informação e a conexão global em redes contribuem para o desenvolvimento humano. Assim, aponta a relevância das tecnologias para se atingir a sociedade do conhecimento, além disso, os países se comprometeram com o estímulo à inovação e à ciência em diferentes áreas do conhecimento. Para Varela; Barbosa (2012, p. 143):

Necessita-se da ciência com consciência trabalhando mente, cérebro, corpo, percepção, informação e emoção. À educação cabe responder às demandas da sociedade da informação, sociedade complexa, a um projeto educativo para a comunidade e para a vida cotidiana, a um significado e sentido partilhados, ao fortalecimento do processo ensino-aprendizagem, ao desejo de participação e desenvolvimento do aluno e da comunidade. Por sua vez, a missão da escola é fazer com que alunos aprendam, tornem-se melhores e mais competentes.

Os países se comprometeram a providenciar uma educação inclusiva e igualitária em todos os níveis educacionais. Todos os cidadãos, inclusive aqueles em situações vulneráveis devem ter acesso a oportunidades para adquirir o aprendizado ao longo da vida e exercer seu papel social. Os países também se comprometeram a fornecer um ambiente propício ao desenvolvimento dos direitos e capacidades das crianças e adolescentes. (SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2015, tradução nossa).

Vale lembrar que a questão do desenvolvimento de competências como diferencial na sociedade contemporânea tem sua origem na concepção de que toda competência é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que juntos permitem a resolução de uma situação-problema. Competência é uma palavra comumente utilizada para definir a qualificação de uma pessoa para a realização de determinada coisa. Para Perrenoud (2000), de modo geral, a competência compreende a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Dessa forma, a competência se desenvolve a partir de uma situação - problema que precisa ser solucionada, ou seja, uma tentativa de adaptação ao mundo.

Assim, a educação precisa proporcionar saberes capazes de promover a evolução do sujeito a fim de que este adquira competências necessárias para seu desenvolvimento tanto cognitivo quanto comportamental no meio em que está inserido, quer seja no âmbito social, profissional ou escolar.

Sob essa perspectiva, ressalta-se que o desenvolvimento de competências que permitam o uso consciente, criativo e benéfico da informação tornou-se essencial para a atuação do indivíduo no contexto social contemporâneo. Paralelamente, os novos paradigmas que configuram a sociedade demandam que o indivíduo estabeleça uma nova relação com a informação e com o saber, ou seja, de aprendizado ao longo da vida. Em função desse fenômeno, nos últimos anos, assistimos ao crescente interesse pelos estudos voltados à competência em informação (CoInfo), em âmbitos internacional e nacional.

As autoras brasileiras Belluzzo, Kobayashi e Feres (2004, p. 87) defendem a competência em informação como: “Inegavelmente, está ligada ao aprendizado e à capacidade de criar significado a partir da informação, sendo uma condição indispensável que as pessoas saibam “aprender a aprender” e realizem o “aprendizado ao longo da vida”.

Assim, no que tange ao contexto educacional, a nova agenda para 2030 ao mencionar o aprendizado ao longo da vida remete indiretamente à questão da competência em informação. Portanto, a partir dessa reflexão e pressuposto, foi possível estabelecer a seguinte questão central: como a competência em informação pode contribuir com o desenvolvimento da educação no Brasil? Para tanto, definiu-se como base os Padrões e Indicadores de Competência em Informação de Belluzzo (2007), por sua efetiva adequação ao contexto brasileiro. No que se refere ao objetivo geral deste artigo é constituído por uma reflexão a respeito da importância da competência em informação e sua inter-relação com a educação, procurando oferecer uma análise crítica frente ao panorama da atual situação do país e as diretrizes constituídas na Agenda 2030.

O foco de atenção do presente trabalho busca estabelecer uma relação interdisciplinar entre a Educação e a Ciência da Informação, e com isso, possibilitar um enriquecimento da discussão sobre a atual situação da educação brasileira. Além disso, demonstra que a Nova Agenda para 2030 ao mencionar o “aprendizado ao longo da vida” remete ao conceito de Competência em Informação, portanto às discussões do documento e aos apontamentos que estão diretamente relacionados com a área. O objetivo geral da educação é educar pessoas para a vida a fim de serem cidadãos conscientes, ou seja, aprender não é apenas responsabilidade da escola, mas dos diferentes setores que perpassam a trajetória de vida do indivíduo, enquanto um sujeito histórico como preconiza Freire (1979, 2002).

2 Competência em Informação (CoInfo)

A Competência em Informação (CoInfo) (conhecida internacionalmente como *Information Literacy*) é um processo de ensino-aprendizagem que deve ser planejado, preferencialmente, por uma equipe multidisciplinar. Na aplicação da CoInfo, é preciso que se

utilizem diferentes estratégias didáticas e ambientes de aprendizagem (modalidade presencial, virtual ou mista) que permitam desenvolver competências e habilidades necessárias à resolução de problemas institucionais. Dessa forma, os componentes que a sustentam são: o processo investigativo, o aprendizado ativo, o aprendizado independente, o pensamento crítico, o aprender a aprender e o aprender ao longo da vida. (DUDZIAK, 2003).

Tais componentes permitem que as pessoas tenham uma postura proativa para identificar e sanar suas necessidades informacionais; sejam críticas e reflexivas para avaliar se as informações recuperadas são condizentes aos seus interesses informacionais; sejam independentes na busca e uso da informação; e estejam dispostas a aprender a aprender ao longo da vida. Nessa perspectiva, a Competência em Informação pode ser observada sob a ótica de diferentes categorias, sistematizadas por Rezende e Andrade (2005): como um processo; na construção do conhecimento; e baseada nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

No que se refere às fontes de informação, a ColInfo depende do conhecimento e da habilidade do cidadão em ser independente na busca da informação, seja com seus próprios recursos, seja com a ajuda de um profissional especializado (REZENDE; ANDRADE, 2005). No que tange aos processos, destinam-se às estratégias aplicadas pelos sujeitos em relação às novas situações de produção de conhecimento: “Estes processos podem variar de pessoa para pessoa, de acordo com a situação cultural, social e/ou econômica”. (REZENDE; ANDRADE, 2005, p. 29-31).

Logo, a ColInfo pode ser definida como um processo de desenvolvimento e aprimoramento de competências e habilidades que tornam as pessoas capazes de identificar suas necessidades em informação, buscá-las, acessá-las, bem como avaliá-las organizá-las e transformá-las em conhecimento (SANTOS; BELLUZZO, 2014). Sendo assim, estudar as formas de sua aplicação torna necessário, pois, à medida que implantada como elemento partícipe das ações disseminadoras e educacionais, permite que os cidadãos se mantenham atualizados e inseridos em sociedade.

Além disso, é importante salientar que a ColInfo ganhou espaço e começou a fazer parte da formação do indivíduo, abrangendo também aspectos sociais e socioeconômicos. Dudziak (2008) traz suas contribuições elucidando essa situação afirmando que:

A competência em informação já é um movimento mundial. Muitas iniciativas têm sido documentadas. Seu caráter situacional e contextualizado torna-a pertencente e particular a cada sociedade e cultura. Sendo pervasiva a qualquer currículo ou formação, a competência informacional se constrói sobre um trabalho colaborativo que vai muito além dos limites da biblioteca e mesmo das instituições de ensino. Inserida no processo de emancipação humana, a competência informacional é diferencial de desenvolvimento socioeconômico e fator de promoção da inclusão social (DUDZIAK, 2008, p. 50).

Nesse cenário, a participação social está relacionada com a existência de instrumentos que apoiem os direitos dos cidadãos, tendo a competência como papel principal direcionado ao convívio entre os indivíduos. Por conseguinte, as competências e habilidades inerentes ao acesso e uso inteligente da informação com o apoio das TIC para a construção do conhecimento e aplicação à realidade social devem fazer parte das competências gerenciais do profissional que atua no desenvolvimento da CoInfo.

3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo é de natureza qualitativa que tem sido comum nas pesquisas da área de ciência da informação (KUHLTHAU, 2004), além disso, o trabalho foi construído por meio de uma revisão bibliográfica sobre os tópicos: competência em informação, educação, aprendizado ao longo da vida, tendo sido realizada busca sobre os dados referentes à situação atual da educação no Brasil, o que contribuiu para a construção do referencial teórico de forma seletiva e permitiu oferecer discussão e considerações em torno do tema central e de seus relacionamentos.

Optou-se por desenvolver uma pesquisa bibliográfica, uma vez que, de acordo com Gil (2009) esse tipo de pesquisa compreende vários materiais que foram elaborados, mas o principal recurso empregado são os livros e artigos científicos que servirão de base para o seu desenvolvimento, sendo que sua principal vantagem é que o investigador pode se apropriar de uma variedade enorme de fenômenos e informações que geralmente não conseguiria realizar em sua pesquisa diretamente, como dados e fatos passados que se encontram dispersos no tempo ou no espaço e que só é possível com acesso à base de dados secundários. Desse modo, o presente estudo foi desenvolvido segundo o planejamento proposto por esse autor. Assim, pesquisou-se informação nos *sites* fornecidos pelo governo federal brasileiro sobre o analfabetismo funcional, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), programa Todos pela Educação, Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Produto Interno Bruto (PIB) e Nova Agenda para 2030.

Também foram realizadas buscas em bases de dados disponíveis em plataforma *online*, tais como: Scielo, periódicos da Ciência da Informação e Educação, livros e documentos/tratados e divulgados internacionalmente para compor o conceito de Competência em Informação e a discussão proposta no artigo sobre a atual situação no contexto brasileiro.

4 Discussão

A educação é uma maneira de emancipação intelectual, pois faz com que o indivíduo desenvolva suas capacidades cognitivas, motoras e emocionais. Na sociedade capitalista, o estudo está cada vez mais associado ao trabalho e a acumulação de capital individual. Entretanto, nessa pesquisa, a educação é vista como elemento fundamental na construção da cidadania e no desenvolvimento social.

No século XXI, a aprendizagem não ocorre apenas na escola, mas em qualquer outro espaço e por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Defende-se que o ser humano é um eterno aprendiz em todos os âmbitos de sua vida, principalmente pessoal, profissional e social.

Ao longo dos anos, estudos diagnosticaram que a educação e o investimento em tecnologias têm como consequência o crescimento econômico do país. Assim, diferentes nações investiram grande parte de seu Produto Interno Bruto (PIB) nas indústrias e empresas para gerar inovação.

Essa ideologia gerou ações e cortes na área das ciências humanas, como ocorreu no Japão, no qual o governo pediu o cancelamento das disciplinas da área de ciências humanas em universidades. Para o ministro da educação japonês, as universidades têm o papel de oferecer cursos que “sirvam áreas que contemplem as necessidades da sociedade”¹.

Não se pode ignorar a melhora de vida da população devido ao crescimento econômico, entretanto a educação possibilita a consolidação cultural de uma comunidade, o conhecimento sobre a política, contexto, história, entre outros, também fazem parte da formação humana. A sociedade não necessita apenas de tecnologia, mas também de pessoas capazes de criticar as informações e construir conhecimento para as futuras gerações.

O Brasil é um país que possui uma educação ampliada e aberta, pois do ensino básico ao ensino médio os alunos aprendem diversas matérias com o intuito de que o aluno possua uma visão ampliada do mundo. O sistema educacional é dividido da seguinte maneira: educação básica que conta com a educação infantil (3 a 5 anos), ensino fundamental (6 a 14 anos) e ensino médio (15 a 17 anos). Depois de concluir a educação básica, os alunos têm a opção de seguir o ensino superior: bacharelado, licenciatura e educação tecnológica, além disso, pode optar pelo curso técnico (a partir de 18 anos)².

O país também possui um dos mais altos índices de investimento na educação entre os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

¹ Informações disponíveis em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/governo-japones-pede-cancelamento-de-cursos-de-humanas-em-universidades-17506865>. Acesso em fev. 2016.

² Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/05/saiba-como-e-a-divisao-do-sistema-de-educacao-brasileiro/view>. Acesso em 05 maio 2016.

ocupando o 15º lugar no *ranking*. Atualmente, são destinados 5,7 % do PIB em educação, entretanto, o país ocupa a 53ª posição de 65 países que possuem qualidade na educação³.

Essa contradição pode ser explicada devido ao número de alunos e também ao descaso de políticos em níveis estaduais e municipais. Além disso, frequentemente a população assiste a casos de corrupção envolvendo elementos da escola, principalmente a merenda escolar. A alimentação das crianças é imprescindível para o aprendizado, principalmente em contextos em que a fome ainda existe. Bezerra (2009) explica que a merenda não serve apenas para as necessidades biológicas do indivíduo, mas carrega um significado de construção social e expressividade para o ser humano.

A merenda existe principalmente nas escolas públicas e gratuitas, pois recebem estudantes de diferentes classes sociais, entretanto há que se considerar que as classes média e alta têm a opção de separar seus filhos e inseri-los na escola particular. De acordo com o relatório da OCDE

Excluindo atividades periféricas a instrução (pesquisa e desenvolvimento e serviços auxiliares, tais como serviços de bem-estar para os alunos), os países da OCDE gastam anualmente USD 8 002 por aluno do ensino básico ao superior. Em comparação com a despesa total média, esse valor é mais baixo por aluno, principalmente no nível superior. (OCDE, 2014, p. 204, tradução nossa).

O Brasil gasta em torno de USD 3.000 por aluno durante o ano, menos que a média investida pelos países de OCDE. Isso influencia na alfabetização dos estudantes e na competência da formação dos brasileiros, pois segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) 92 % dos estudantes do ensino médio que participaram da pesquisa são considerados indivíduos alfabetizados funcionalmente em 2011 (INAF, 2011, p. 4).

Os analfabetos funcionais são aqueles que possuem dificuldades para interpretar um texto, ainda que consigam identificar palavras e códigos. De acordo com o site do governo⁴, os dados do IBOPE (2005), apontam que o analfabetismo funcional somou cerca de 68% da população. De acordo com o censo de 2010, uma em cada quatro pessoas são analfabetas funcionais (porcentagem é de 20,3%), no nordeste do país o número de cidadãos com este problema chegou a 30,8%.

O INAF entende que:

Analfabeto funcional é aquele que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia a dia e viabilizar seu desenvolvimento. Fornece informações

³ Informações disponíveis em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/os-gastos-do-brasil-com-educacao-em-relacao-ao-mundo>

⁴ Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/29520/opiniao-analfabetismo-funcional/>. Acesso em 05 maio 2016.

qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia a dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente (INAF, 2011, p. 3).

Portanto, tanto o analfabetismo quanto o alfabetismo funcional são problemas urgentes da educação do Brasil. Essas pessoas têm dificuldade em acessar e usar a informação de maneira eficaz e não conseguem identificar os problemas decorrentes da desinformação. Como consequência o exercício da cidadania e a emancipação social e cultural podem ser comprometidos, as pessoas que não conseguem avaliar uma informação disseminada e sua ideologia são facilmente iludidas pela mídia.

A fim de melhorar a educação no Brasil, o governo federal criou um programa conhecido como Todos pela Educação⁵. Assim, foram estabelecidas cinco metas a serem atingidas:

- 1) Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;
- 2) Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;
- 3) Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano;
- 4) Todo jovem de 19 anos com ensino médio concluído;
- 5) Investimento em educação ampliado e bem gerido.

A partir dessas metas, percebe-se que a frequência escolar é obrigatória a todo cidadão, isso faz com que as pessoas cumpram a educação infantil, fundamental e ensino médio de maneira democrática. O principal papel da educação básica é ensinar para o exercício da cidadania, sendo que em muitas escolas já existem aulas complementares como a música, dança, culinária, entre outras que contribuem com a vida em sociedade. Essa obrigatoriedade também protege as crianças, já que no século XX os pais tiravam os filhos da escola para ajudá-los a trabalhar e ganhar dinheiro para sustentar a família.

Criou-se então um índice para medir o desenvolvimento escolar, conhecido como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), cujo foco é atingir as metas estabelecidas pelo programa Todos pela Educação e melhorar o ensino. O Ideb foi criado em 2007 e:

Representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de

⁵ Informações disponíveis em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas>. Acesso em 08 jul. 2016.

resultados sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas⁶.

Tanto o programa Todos pela Educação quanto o Ideb são medidas para adequar a nação segundo “O compromisso renovado para a aprendizagem ao longo da vida: proposta da América Latina e Caribe” declarada pela UNESCO e assinada pelos países, dentre eles o Brasil. O documento foi aprovado em uma conferência cuja proposta defende “*Da alfabetização à aprendizagem ao longo da vida*”.

Portanto, a alfabetização se inicia na infância e continua na idade adulta, a fim de que haja uma valorização das aprendizagens adquiridas pelas pessoas em sua vida por meio da família, comunidade, trabalho, meios de comunicação de massa, na participação social e no exercício da cidadania. Percebe-se que pela divulgação deste documento, a América Latina e Caribe possui uma compreensão complexa e abrangente acerca da educação, diferentemente daquela divulgada no Japão.

O aprendizado ao longo da vida é um conceito implícito à compreensão da Competência em Informação (ColInfo), mencionado pela primeira vez em 1974 por Paul Zurkowski. Ser competente em informação é “aprender a aprender” em cada contexto da vida do indivíduo e valorizar as várias formas de aprendizado.

Contudo, existe um paradoxo na atual sociedade da aprendizagem, pois os indivíduos sentem dificuldade de aprender o que a sociedade demanda e isso é visto como um fracasso escolar, sendo que o tempo para aprender se estendeu ao longo da vida. Assim esse paradoxo, segundo Pozo (2007, p. 34) consiste em que: “cada vez se aprende mais e cada vez se fracassa mais na tentativa de aprender”.

Nesse sentido, o ser humano deverá sempre buscar o conhecimento durante toda a sua vida. Não existe um “ensino final”, no qual o aluno tenha adquirido a sabedoria perpétua, mas existem pessoas que buscam construir conhecimento ao longo da vida. A mudança trazida com a inserção social das TIC faz com que os indivíduos se atualizem e busquem aprendizagem no que tange a sua utilização.

Com isso, as TIC possibilitaram uma nova maneira de aprender e qualquer pessoa pode se tornar produtor e consumidor de informação ao mesmo tempo, criando um novo termo para se referir as pessoas: “prossumidor”. Este termo foi criado por Alvin Tofler (1980) em um contexto bem diferente daquele que temos na sociedade contemporânea, mas permanecem os mesmos princípios. Desse modo as opiniões dos leitores digitais são

⁶ Informações disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>. Acesso em 03 jul. 2016.

influenciadas por diferentes canais de distribuição da informação como *websites*, *blogs*, redes sociais, fóruns, etc.

Entretanto, para interpretar e avaliar as informações recebidas são necessárias capacidades e competências cognitivas (POZO, 2007). Os professores também devem se adequar a esse novo contexto e atualizar seus conhecimentos constantemente modificando a estrutura do ensino tradicional na qual o professor é detentor do saber e o aluno é um receptor passivo do conhecimento.

A escola já não é mais a principal fonte de conhecimento humano e com isso o objetivo é formar alunos capazes de acessar e julgar a informação de maneira crítica e inteligente (POZO, 2007). Não existe mais uma teoria única e inquestionável, possibilitando que o conhecimento seja complexo, conforme defende Morin (2005, p. 166) ao afirmar que:

Hoje, parece-nos racionalmente necessário repudiar toda a "deusa" razão, isto é, toda a razão absoluta, fechada, autossuficiente. Temos de considerar a possibilidade de evolução da razão", nesse sentido a complexidade envolve considerar diferentes aspectos de determinada informação e conhecimento.

É nesse contexto que as Nações Unidas e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) vêm estabelecendo projetos e acordos entre os países para melhorar a educação e com isso fortalecer a cidadania sustentável, já que o estudo desenvolve as capacidades humanas para interpretar as informações e ser um agente ativo na sociedade da aprendizagem.

Segundo a Agenda para o desenvolvimento sustentável, o 4º objetivo determina as ações para "Garantir educação inclusiva, igualitária de qualidade e promover o aprendizado ao longo da vida para todos"

4.1 Até 2030 garantir que todos os meninos e meninas completem uma educação gratuita, igualitária e de qualidade nos níveis básico, fundamental e médio, levando a resultados relevantes e efetivos para o aprendizado.

4.2 Até 2030 garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento infantil de qualidade, cuidados e uma educação primária a fim de que estejam prontos para o ensino básico.

4.3 Até 2030 garantir igual acesso para mulheres e homens de uma educação acessível e de qualidade nos níveis técnico, profissional e ensino superior, inclusive as universidades.

4.4 Até 2030 aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tem habilidades relevantes, incluindo as de cunho técnico e profissional para o emprego, trabalhos decentes e empreendedorismo.

4.5 Até 2030 eliminar as desigualdades de gênero na educação e assegurar acesso igualitário em todos os níveis educacionais e treinamento profissional para pessoas vulneráveis, incluindo indivíduos com necessidades especiais, indígenas e crianças em situações vulneráveis.

4.6 Até 2030 garantir que todos os jovens e a maioria dos adultos, homens e mulheres, alcancem literacia e numeracia.

4.7 Até 2030 garantir que todos os aprendizes adquiram os conhecimentos e as habilidades necessárias para estimular o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, a educação voltada ao desenvolvimento e estilo de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gêneros, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, apreciação da diversidade cultural e contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a. Construir e modernizar os prédios educacionais que são sensíveis às crianças, pessoas com necessidades especiais e gênero. Proporcionar um ambiente seguro, não violento, inclusivo e efetivo para todos.

4.b. Até 2020 expandir globalmente o número de bolsas de estudos disponíveis para países em desenvolvimento, particularmente nos menos desenvolvidos, pequenas ilhas e países africanos a fim de que possam participar do ensino superior, incluindo treinamento profissional, tecnologias de informação e comunicação, ensino técnico, engenharia e programas científicos.

4.c. Até 2030 aumentar o número de professores qualificados por meio da cooperação internacional para treinamento de professores de países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e pequenas ilhas estatais (UNESCO, 2015, p. 14, tradução nossa).

A ColInfo fornece elementos que propiciam a caracterização da competência nos indivíduos, assim diversas bibliotecas ao redor do mundo têm-se utilizado dos padrões e indicadores internacionais para nortear os serviços de informação (ALA, 1989; ACRL, 2000). Tais padrões podem ser utilizados transversalmente na construção do currículo escolar de modo a fortalecer e guiar os conteúdos expostos para os alunos.

Belluzzo (2007) demarca alguns padrões e indicadores de competência em informação, desenvolvidos a partir do referencial internacional e adaptados ao contexto nacional a fim de medir o grau de competência dos cidadãos brasileiros no que se refere à educação e ao desenvolvimento de capacidades humanas. Itens que estão relacionados com os objetivos da Agenda do Desenvolvimento Sustentável até 2030, relacionados conforme o quadro 1.

Quadro 1: Padrões e Indicadores Belluzzo e sua relação com os objetivos da Agenda

<i>Objetivos</i>	<i>Padrões e indicadores de Belluzzo (2007)</i>	<i>Ações para a educação</i>
Até 2030 garantir que todos os meninos e meninas completem uma educação gratuita, igualitária e de qualidade nos níveis básico, fundamental e médio, levando a resultados relevantes e efetivos para o aprendiz.	Esse objetivo está associado ao <i>Padrão 1</i> – A pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação; bem como seus indicadores de desempenho e resultados desejáveis. Dentre eles destacam-se: 1.1.1 Identifica um tópico de pesquisa ou outra informação necessária;	Nesse estágio cabe à educação estimular a participação dos sujeitos históricos na escola/sociedade, principalmente desde o ensino básico a fim de se alcançar a aprendizagem efetiva, por meio da percepção da necessidade de informação, se possuem dúvidas e questionamentos, se são capazes de inter-relacionar temas das matérias com a vida diária, se

	<p>1.1.2. Formula questões apropriadas baseado na informação necessária ou tópico de pesquisa;</p> <p>1.2.1. Identifica o valor e as diferenças de potencialidades de fontes em uma variedade de formatos</p> <p>1.2.2. Identifica o propósito e o tipo de informação a que se destinam as fontes.</p>	<p>percebem os diferentes formatos de fontes de informação como os documentos analógicos, digitais, pessoas e organizações e se identificam o objetivo da informação e das fontes.</p>
<p>Até 2030 garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento infantil de qualidade, cuidados e uma educação primária a fim de que estejam prontos para o ensino básico.</p>	<p>O segundo objetivo está relacionado com o <i>Padrão 2</i> – A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade e seus indicadores de desempenho e resultados desejáveis, porém destacam-se:</p> <p>2.1.1. Identifica os tipos de informação contidos em um sistema tradicional e os tipos de fontes indexadas eletronicamente</p> <p>2.2.1. Desenvolve um plano de pesquisa apropriado aos sistemas de recuperação da informação e/ou método de pesquisa</p> <p>2.2.3. Seleciona vocabulário controlado específico como instrumento de pesquisa e identifica quando o vocabulário controlado é usado em um item registrado e executa a pesquisa com sucesso usando adequadamente o vocabulário selecionado.</p>	<p>O segundo objetivo tem como função garantir o acesso à educação infantil- às crianças. No Brasil existem escolas maternas, as creches e as escolas primárias. É importante que os sujeitos históricos sejam capazes de acessar a informação e saber como manusear as tecnologias, pois é nesse período que o processo cognitivo da curiosidade é mais intenso. Além de providenciar computadores, a instituição é responsável por ensinar como usar estas ferramentas para encontrar uma informação desejada. Aprender a ler e a escrever são processos que se iniciam nessa fase, por isso os novos vocabulários servem como palavras-chave para realizar a busca de informação de maneira eficiente. É importante levar as crianças para as unidades de informação, a fim de que tenham contato com as tecnologias analógicas e sejam estimuladas à pesquisa e à leitura.</p>
<p>Até 2030 garantir igual acesso para mulheres e homens de uma educação acessível e de qualidade nos níveis técnico, profissional e ensino superior, inclusive as universidades.</p>	<p>O terceiro objetivo se relaciona principalmente com o <i>Padrão 4</i> – A pessoa competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado.</p> <p>4.1. É capaz de sintetizar a informação para desenvolver ou completar um projeto</p> <p>4.1.1. Organiza a informação, utilizando esquemas ou estruturas diversas</p> <p>4.1.2. Demonstra compreender como usar as</p>	<p>Ressalta-se que este objetivo se adéqua a questão de gênero, por garantir o acesso de homens e mulheres às modalidades de ensino técnico, tecnológico e universitário. No nível superior há um estímulo à pesquisa para gerar a inovação e a construção de conhecimento. É importante aprender a usar a informação para alcançar um objetivo ou realizar uma pesquisa, principalmente em grupo. Além de identificar a necessidade de informação e acessar a informação, é fundamental saber como interpretar, compreender,</p>

	<p>citações ou paráfrases de um autor ou texto para apoiar as ideias e/ou argumentos</p> <p>4.2.1. Utiliza adequadamente as normas de documentação e o formato e estilo apropriados para um projeto científico.</p>	<p>sintetizar e organizar as informações a serem recuperadas no futuro. É importante aprender as questões a respeito do plágio e as diferentes formas de citação das fontes.</p>
<p>Até 2030 aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tem habilidades relevantes, incluindo as de cunho técnico e profissional para o emprego, trabalhos decentes e empreendedorismo. Até 2030 eliminar as desigualdades de gênero na educação e assegurar acesso igualitário em todos os níveis educacionais e treinamento profissional para pessoas vulneráveis, incluindo indivíduos com necessidades especiais, indígenas e crianças em situações vulneráveis.</p>	<p>Os objetivos 4.4 e 4.5 foram reunidos nesta etapa do quadro, pois ambos se remetem a educação democrática para a inclusão de pessoas tanto na vida social quanto profissional. Assim, no <i>Padrão 3</i> – A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes:</p> <p>3. 1. Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação obtida</p> <p>3.1.1. Seleciona a informação relevante baseado na compreensão das ideias contidas nas fontes de informação</p> <p>3.1.2. Reformula conceitos com suas próprias palavras</p> <p>3.1.3. Identifica textualmente a informação que foi adequadamente transcrita ou parafraseada</p> <p>3.2. Articula e aplica critérios de avaliação para a informação e as fontes</p> <p>3.2.1. Examina e compara a informação de várias fontes para avaliar a sua confiabilidade, validade, precisão, autoridade, atualidade e ponto de vista ou tendências</p> <p>3.2.2. Analisa a lógica da argumentação da informação obtida</p> <p>3.2.6. Demonstra compreensão da necessidade de verificar a precisão e completeza de dados ou fatos</p> <p>3.3. Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior para determinar o valor agregado,</p>	<p>Além de providenciar uma estrutura para receber e subsidiar sujeitos históricos em situações vulneráveis é importante que esses indivíduos tenham acesso a todos os níveis educacionais a fim de se incluir socialmente por meio do trabalho. Portanto, para atuar nas organizações é fundamental saber avaliar e diagnosticar a qualidade da fonte de informação. Conhecer as fontes, quais suas ideologias e influências. Buscar em fontes variadas para refletir e analisar criticamente os diferentes valores da sociedade que pertence. É fundamental saber reformular conceitos com suas palavras, pois ajudam na compreensão de determinado assunto. Não obstante, o sujeito deve compreender o raciocínio dos argumentos e comparar os novos conhecimentos com aqueles obtidos <i>a priori</i>. Também é fundamental que saibam identificar o valor agregado da informação, principalmente no contexto do trabalho, bem como as contradições e a desinformação que comprometem o processo de tomada de decisão em nível profissional e social.</p>

	contradições ou outra característica da informação.	
Até 2030 garantir que todos os jovens e a maioria dos adultos, homens e mulheres, alcancem literacia e numeracia	<p>No último padrão há a inclusão dos padrões e indicadores anteriores e por isso, se torna o mais complexo e abrangente, relacionado com a aquisição da ColInfo.</p> <p>No <i>Padrão 5</i> – A pessoa competente em informação compreende as questões económicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente;</p> <p>5.1. Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas e socioeconómicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia</p> <p>5.1.1. Identifica e discute questões relacionadas ao livre acesso versus o acesso restrito e o pagamento de serviços de informação e comunicação</p> <p>5.1.2. Demonstra compreensão acerca das questões ligadas ao direito nacional e internacional de propriedade intelectual e as leis de imprensa</p> <p>5.1.3. Define e identifica exemplos de plágio</p> <p>5.1.4. Demonstra conhecer as políticas institucionais sobre o plágio e os direitos autorais.</p>	<p>Garantir que os sujeitos históricos na idade adulta sejam competentes em informação (literacia e numeracia), saibam identificar suas necessidades de informação, buscar, usar e avaliar a informação para alcançar uma meta nos diversos âmbitos da vida, inclusive, o social.</p> <p>O indivíduo deve compreender as situações que envolvem a informação, bem como as leis, normas e os regulamentos que permeiam a informação e o conhecimento. É fundamental atuar de maneira ética respeitando o próximo e o espaço público para o convívio em grupo e em sociedade. Conhece as questões que implicam o plágio, a propriedade intelectual e a propriedade de marcas e patentes que regem a conduta de disseminação e compartilhamento de conhecimento.</p>
Até 2030 garantir que todos os aprendizes adquiram os conhecimentos e as habilidades necessárias para estimular o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, a educação voltada ao desenvolvimento e estilo de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gêneros, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, apreciação da diversidade cultural e contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. Construir e modernizar os prédios	<p>Esse objetivo engloba os <i>Padrões 1, 2, 3, 4 e 5 e seus indicadores de desempenho e resultados desejáveis</i>.</p> <p>Destacam-se:</p> <p>5.2. Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação</p> <p>5.2.1. Utiliza adequadamente as senhas para acesso às fontes de informação</p> <p>5.2.2. Obedece às políticas institucionais de acesso às</p>	<p>Nesse nível há uma preocupação para que os cidadãos, enquanto sujeitos histórico e partícipes da construção da sociedade, aprendam a promover o desenvolvimento sustentável para o fortalecimento da cultura e dos direitos humanos. Portanto, as pessoas devem conhecer as políticas que envolvem o uso da informação, preservar as unidades de informação, as TIC e principalmente, do espaço público. Saber como citar os</p>

<p>educacionais que são sensíveis às crianças, pessoas com necessidades especiais e gênero. Proporcionar um ambiente seguro, não violento, inclusivo e efetivo para todos.</p> <p>Até 2030 expandir globalmente o número de bolsas de estudos disponíveis para países em desenvolvimento, particularmente nos menos desenvolvidos, pequenas ilhas e países africanos a fim de que possam participar do ensino superior, incluindo treinamento profissional, tecnologias de informação e comunicação, ensino técnico, engenharia e programas científicos.</p> <p>Até 2030 aumentar o número de professores qualificados por meio da cooperação internacional para treinamento de professores de países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e pequenas ilhas estatais</p>	<p>fontes de informação</p> <p>5.2.3. Preserva a integridade das fontes de informação, equipamentos sistemas e instrumentos disponibilizados para o acesso e uso da informação</p> <p>5.2.4. Demonstra conhecimento do que é o plágio e como não o usar em suas comunicações</p> <p>5.2.5. Obtém permissão para copiar textos, imagens ou sons incluídos em seu produto final;</p> <p>5.3. Indica as fontes de informação nas comunicações do produto ou resultados</p> <p>5.3.1. Utiliza estilo e forma de linguagem e de redação apropriados, com a indicação correta e consistente das fontes consultadas</p> <p>5.3.2. Identifica elementos de citação para as fontes de informação consultadas em diferentes formatos</p> <p>5.3.3. Demonstra compreensão das normas de documentação recomendadas para a sua área de pesquisa/ estudo.</p>	<p>formatos de informação como textos e imagens, além disso, é importante desenvolver competência para conduzir um projeto ou tarefa. Dominar as linguagens e signos da escrita e ser capaz de ler os diferentes documentos, sejam impressos ou eletrônicos. Enfim, exercer a cidadania em uma sociedade democrática, respeitando o próximo e a liberdade de expressão dos demais.</p>
--	---	--

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Fazendo um paralelo entre as propostas da Agenda das Nações Unidas e da UNESCO com os padrões e indicadores de competência em informação de Beluzzo (2007), é possível observar que essas organizações de caráter mundial influenciam no processo de aprendizagem e nas competências necessárias para a promoção da educação no Brasil. No que se refere à aprendizagem, a educação brasileira deve se voltar para o desenvolvimento de habilidades educacionais que determinem que um sujeito reconheça a natureza e a extensão de suas necessidades informacionais, para que realize o acesso com efetividade, avaliando sua adequação ao problema inicial de pesquisa, bem como suas fontes.

Sendo assim, o sujeito competente em informação age tanto individualmente como em grupo, corroborando seus conhecimentos prévios aos conhecimentos novos adquiridos para alcançar seus objetivos. Deve levar em conta, portanto, questões econômicas, legais e sociais em relação ao acesso e uso da informação, na medida em que reconhece valores éticos e legais do uso efetivo da informação em sociedade.

Inserir as pessoas na escola é o primeiro passo para a conquista da cidadania consciente, as instituições necessitam oferecer conteúdo de qualidade para evitar o analfabetismo funcional.

Pessoas que sabem como se apropriar de determinada informação, construir conhecimento e compartilhar os saberes, conseguem atuar plenamente em um contexto democrático e, assim, contribuem para o desenvolvimento da sociedade.

4 Considerações Finais

No âmbito da pesquisa bibliográfica, é possível identificar que alguns modelos de competência em informação já foram aplicados em diferentes bibliotecas, escolas e universidades ao redor do mundo. No Brasil, os estudos teóricos e práticos ainda estão em processo de expansão. Não obstante, a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou os novos objetivos do milênio a serem atingidos até 2030, pressionando os órgãos governamentais a melhorar os países em seus diferentes aspectos.

Dentre eles, ressalta-se o aprendizado ao longo da vida, no qual as pessoas devem buscar o conhecimento de maneira progressiva. Para tanto, este estudo apresentou os principais aspectos para o desenvolvimento da competência em informação (ColInfo), promovendo uma reflexão crítica a respeito da situação atual do Brasil rumo ao aprendizado ao longo da vida.

No que se refere à discussão acerca de como essa competência contribui para o desenvolvimento da educação e para o fortalecimento da cidadania sustentável, têm-se o aprendizado voltado para a busca independente do indivíduo à informação. Nesse sentido, os projetos e acordos entre os países, juntamente com os padrões e indicadores internacionais e aqueles adaptados ao nosso contexto por Belluzzo (2007) contribuem para a reflexão a respeito da importância da competência em informação para a educação brasileira no panorama em que o país se encontra.

O intuito é que a pessoa seja capaz de avaliar criticamente a informação que recebe, gerando conhecimentos refletidos individualmente e coletivamente. Nesse sentido, a aprendizagem deve contribuir para que os sujeitos históricos possam construir o conhecimento norteador do acesso e uso da informação de forma inteligente, baseados em fontes fidedignas de elaboração de novos conhecimentos.

Dessa forma, o estudo de contextos específicos, as dinâmicas entre o analógico e o digital, entre o ensino e aprendizagem, bem como o acesso e o uso da informação ampliam os modos como os países devem promover a aprendizagem nos indivíduos. E, nesse contexto, é

preciso levar em conta o desenvolvimento de competências necessárias para que tais indivíduos alcancem os objetivos propostos.

Ao se relacionar as metas para a educação, as quais deverão ser atingidas até 2030, aos padrões e indicadores de Belluzzo (2007), observou-se que a educação brasileira deve estar pautada na análise sócio afetiva e cognitiva dos seres humanos, partindo dos seus conhecimentos individuais e compartilhados em sociedade. Em relação à busca da informação e seu uso adequado para a geração de conhecimento, o indivíduo deve estar apto a reconhecer suas necessidades de informação perante as diferentes mídias e suportes de informação, compreendendo as questões legais e sociais que envolvem o uso da informação e a necessidade de se compartilhar, posteriormente, o conhecimento obtido nesse processo.

Sendo assim, a inter-relação entre a aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento de competência em informação parte das ações comportamentais advindas tanto de professores quanto aprendizes no âmbito da educação. Nesse processo, leva-se em conta a premissa de que ao mesmo tempo em que “ensino, também aprendo com o outro”, pois, na medida em que há troca de conhecimento entre ambos, o ser humano se torna capaz de refletir acerca do que ouve, formulando novos conhecimentos a serem compartilhados *in continuum* em sociedade. Eis o desafio...

Referências

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **ALA Presidential Committee on Information Literacy**: final report. 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 05 jul. 2016.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information literacy competency for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <http://literacyindicatorsala.htm>. Acesso em: 05 jul. 2016.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. Bauru: Autores Brasileiros, 2007.

BELLUZZO, R. C. B.; KOBAYASHI, M. C. M.; FERES, G.G. *Information Literacy*: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento. **Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, dez. 2004, p. 81-99.

BEZERRA, J. A. B. Alimentação e escola: significados e implicações da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan. /abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a09.pdf>. Acesso em: 6 maio 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1988.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da Sociedade da Informação: uma análise crítica da situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704/2109>. Acesso em: 18 fev. 2016.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KUHLTHAU, C. C. **Seeking meaning: a process approach to library and information services**. 2. ed. Norwood: Ablex, 2004.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand. 2005.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

POZO, J. I. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. **Revista Pátio**, v. 8, 34-36 ago. /out. 2007. Disponível em: https://loja.grupoa.com.br/revista-patio/Edicoes_Anteriores.aspx. Acesso em 07 jul. 2016.

REZENDE, L. V. R. R.; ANDRADE, S. A. C. R. Ferramentas para a promoção da disseminação contextualizada da informação em projetos de inclusão digital. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). **A dimensão social da biblioteca digital na organização e acesso ao conhecimento: aspectos teóricos e aplicados**. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, Dep. Técnico: IBICT, 2005.

SANTOS, C. A.; BELLUZZO, R. C. B. Reflexões sobre o “estado da arte” de programas de formação da competência em informação no Brasil. In: SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS, 3., 2014, Marília. **Anais...** Marília: Fundepe, 2014. CD-ROM.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT: KNOWLEDGE PLATFORM. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: 31 ago. 2015.

TARGINO, M. das G. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul. /dez. 1991.

TOFLER, A. **A terceira onda**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

VARELA, A.; BARBOSA, M. L. A. Trajetórias cognitivas subjacentes ao processo de busca e uso da informação: fundamentos e transversalidades. **Encontros Bibli**, v. 17, n. esp. 1, p. 142-168, 2012.

Recebido/Recibido/Received: 2017-02-07.
Aceitado/Aceptado/Accepted: 2017-09-11.